

Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual – A Experiência do Cinema da Fundação Augusto Amorim
Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)

Resumo

O texto aborda a trajetória do Cinema da Fundação, produto da Fundação Joaquim Nabuco (Recife-PE), em seus primeiros anos, de 1998 a 2004, como sala exibidora de filmes alternativos. O trabalho avalia a ação cultural segundo critérios de eficiência, eficácia e efetividade social, abordando as questões: poder público e política cultural, formação de platéia em cinema, o filme e seu receptor/espectador. O Cinema da Fundação é uma iniciativa da gestão pública voltada para a formação de platéia, constituindo-se em ação que deve estar vinculada ao conceito de política cultural para o audiovisual. Os estudos culturais contemporâneos são o paradigma teórico, especialmente no que se refere às questões de política cultural para países emergentes e à compreensão sobre o receptor ativo.

Palavras-chave

Política cultural; formação de platéia; cinema alternativo; recepção; espectador.

Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa em desenvolvimento na Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco e tem por objetivo analisar a trajetória do Cinema da Fundação , na cidade do Recife-PE, enquanto ação cultural empreendida entre 1998 e 2004. O trabalho aborda as seguintes questões: política cultural para o audiovisual, participação do poder público na ação de formação de platéia e relação do produto cultural com o seu espectador.

A pesquisa envolveu, numa primeira etapa, observação, levantamento documental e bibliográfico, além de entrevistas com os gestores, responsáveis pela ação na Fundação Joaquim Nabuco, resultando na produção deste artigo. A etapa posterior, a ser desenvolvida no segundo semestre de 2005, inclui a pesquisa de recepção com o espectador do Cinema da Fundação, cujos resultados serão apresentados em um segundo artigo, completando a proposta de avaliação global da ação

Os estudos culturais são o referencial teórico, em especial no que concerne às políticas culturais para países emergentes e na compreensão sobre um receptor/espectador ativo, capaz de produzir sentido a partir do contato com as cinematografias alternativas.

A Fundação Joaquim Nabuco, que abriga o Cinema da Fundação, é uma instituição pública fundada em 1949, inicialmente como autarquia (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, por proposta do sociólogo Gilberto Freyre, então deputado federal), com o objetivo de investigar as condições de vida do homem brasileiro situado nas regiões Norte e Nordeste.

Em 1980, transformada em fundação pública, trouxe para si outros objetivos (JUCÁ, 1991, p. 184). Além de realizar pesquisas na área de ciências humanas e sociais, passou a atuar na promoção e difusão cultural do Norte-Nordeste, incentivando expressões artísticas locais e regionais; e na área de documentação, preservando e restaurando acervos, documentação textual, iconográfica, sonora e audiovisual. É nesta nova formatação que se insere o Cinema da Fundação.

O Cinema da Fundação lança filmes inéditos, distribuídos por empresas independentes que encontram dificuldades em exibir comercialmente os seus títulos no Recife e Norte-Nordeste do país. Neste contexto, filme alternativo deve ser compreendido como aquele que foge ao padrão de mercado presente na programação das salas múltiplas dos centros comerciais (shopping centers).

Ação e política cultural

O conceito de política cultural é algo pouco compreendido no conjunto das políticas públicas no Brasil. De fato, no que tange ao cinema, e mais precisamente às questões de exibição do filme brasileiro e do chamado filme alternativo, percebe-se um acanhado número de iniciativas que permitam ao espectador o acesso ao

produto audiovisual de melhor qualidade artística.

Teixeira Coelho (2001, p.73) afirma que a complexa “democratização da cultura” acontece não apenas por conta de iniciativas isoladas de uma instituição ou de um governo. O autor é crítico a respeito das “políticas culturais” tradicionalmente adotadas no Brasil porque grande parte delas está desconectada do conceito maior de política pública.

Afirma o autor que o conceito de política cultural deverá estar condicionado à articulação de várias ações, que acompanham o processo de produção, distribuição e difusão do bem cultural. A dinâmica cultural deverá ser compreendida e inserida no universo de qualquer outro sistema de produção, do qual a produção cultural é somente uma variante. Esta política será orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades artístico-culturais, devendo ter um amplo escopo de atuação por se tratar de uma ação que estará voltada para todos segmentos da sociedade.

Para Néstor García Canclini, política cultural democrática é aquela que leva em conta a diversidade de demandas e necessidades de toda a população e não, necessariamente, àquela unicamente relacionada ao acesso indiscriminado da maioria ao bem cultural. Canclini propõe o desenvolvimento de políticas na área de cultura que privilegiem as artes populares e seculares, mas também a produção midiática, posto que esta realiza a mediação das identidades culturais contemporâneas locais, regionais, nacionais e transnacionais. As políticas culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que cheguem à maioria, mas as que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população. (CANCLINI, 1996, p. 114).

As políticas culturais devem ser observadas também pelo critério econômico, pois a hegemonia do produto cultural norte-americano, ao longo do Século XX, nos mercados latino-americanos, trouxe uma realidade adversa para a economia da cultura da parte ibérica do continente. “No intercâmbio mundial de bens culturais, a América Latina fica apenas com 5% dos ganhos” (CANCLINI, 2003, p. 28).

Admitir a indústria cinematográfica norte-americana como discurso hegemônico em tempos de globalização cultural é renegar a importância do multiculturalismo e da multilateralidade no cenário internacional. Canclini (p.30) alerta para a ação das grandes empresas transnacionais de comunicação dos Estados Unidos que trabalham (e fazem lobby) para que os governos latino-americanos abandonem a idéia de implementar leis de proteção ao seu produto audiovisual.

Quando existiu entre os anos 1970 e 1980, até a sua extinção no governo Fernando Collor, a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), organismo estatal encarregado da produção de filmes nacionais, tratou apenas do incentivo financeiro à produção de filmes históricos e adaptados da literatura nacional. Deixou de lado a distribuição e a exibição. O resultado é que muitos foram os filmes nacionais “esquecidos” na prateleira em virtude da feroz concorrência do produto estrangeiro, especialmente o norte-americano, que tradicionalmente domina o mercado de exibição.

Teixeira Coelho argumenta que “apenas” produzir era exatamente o objetivo. Diante da existência da Embrafilme, a classe cinematográfica não poderia reclamar da falta de incentivo à produção, mas não era interesse do Estado que a produção brasileira realmente fosse exibida no país, por razões político-econômicas (submissão a interesses estrangeiros etc).

Canclini defende a necessidade de, no caso do cinema, não apenas fomentar a produção de filmes, mas também incentivar o acesso da população àquele produto que não seja o filme comercial hollywoodiano. Sobretudo na América Latina, há o processo em curso compreendido como “americanização” do espectador. Apenas uma oferta diversificada de espetáculos cinematográficos multinacionais será capaz de reverter tal tendência.

Quanto à chamada “americanização” de todo o planeta, é inegável que um setor vasto da produção, distribuição e exibição audiovisual seja propriedade de corporações dos Estados Unidos ou se dedica a difundir seus produtos: filmes de Hollywood e programas televisivos estadunidenses são distribuídos por empresas desse país em cadeia de cinemas e circuitos televisivos, em que o capital predominante é norte-americano ou associado a empresas japonesas ou alemãs que favorecem o cinema de língua inglesa. (CANCLINI, 2003, p.30).

Algumas das estratégias de permanência da hegemonia cultural norte-americana na América Latina e no mundo são orquestradas pela indústria hollywoodiana. George Yudice afirma que a indústria cultural dos Estados Unidos argumenta, em fóruns internacionais de comércio, sobre a “necessidade” de tratar o bem audiovisual como um produto qualquer, ao que os governos de países como Espanha e França já responderam

e reagiram.

A França, especialmente, considera o cinema como “exceção cultural” que deve ser protegida da “liberalização” do mercado audiovisual e, por isso, criou leis que protegem a produção, a distribuição e a exibição do produto considerado nacional:

“Os franceses já discutiram longamente a respeito, em suas tentativas de isentar a cultura do circuito do GATT

e das negociações da OMC

, que os filmes e a música são cruciais para a identidade cultural e não deveriam ser sujeitos aos mesmos termos do mercado, como carros e tênis”. (YUDICE, 2004, p.37).

Segundo dados apresentados pelo secretário executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira (HOLLANDA, 2004), 93% dos municípios brasileiros não possuem sequer um cinema e apenas 8% dos brasileiros costumam frequentá-lo. O Brasil tem, somente, cerca de 1.800 espaços de exibição, o que pode explicar, em parte, o baixo percentual de brasileiros que vai regularmente ao cinema.

Com relação à exibição, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou, em 2004, linhas de financiamento para a iniciativa privada com o objetivo de construir novas salas. O governo tinha como meta um número superior a mais de mil novos espaços em todo o país, principalmente nas grandes regiões metropolitanas e em cidades com população acima de 100 mil habitantes. No entanto, o resultado ficou longe do esperado e o programa de crédito deverá ser reestruturado.

O Estado deve gerir políticas na área audiovisual, exercendo o papel de gestor cultural dentro de um paradigma contemporâneo, não intervindo diretamente, mas incentivando e regulando os três vértices do setor: produção, distribuição e exibição. O secretário executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, em entrevista à revista IstoÉ, explicita a urgência em construir uma política cultural para o setor audiovisual. Foram produzidos, em 2001 e 2002, mais de 80 filmes no Brasil. Pouco mais de 30 foram exibidos. Primeiro, por causa da concorrência desleal do cinema americano. Segundo, pela distribuição monopolizada, pelo fato de as cadeias serem, na grande maioria, de grupos multinacionais. Terceiro, pelo pequeno número de cinemas. Não adianta investir na produção se não houver possibilidade de veiculação, de exibição. (HOLLANDA, 2004, p.10).

Os anos 1990 estão marcados como a década da “extinção” do cinema brasileiro, uma vez que a produção de filmes, especialmente de longa-metragem, reduziu-se a quase zero. No que concerne ao mercado exibidor, um novo panorama foi estabelecido, sepultando quase que definitivamente a era nostálgica das grandes salas de cinemas dos centros das cidades. Uma mudança radical e profunda efetivou-se no rastro da globalização, com a chegada das empresas transnacionais de exibição.

Empresas norte-americanas, que, isoladamente, possuem mais cinemas nos EUA do que o total de salas em todo o Brasil, introduziram o conceito “multiplex”, complexos cinematográficos de exibição com número de salas que varia entre seis e 15 (ENCICLOPÉDIA DO CINEMA BRASILEIRO, 2000, p. 224). Essas salas exibem filmes cujo público-alvo são crianças e adolescentes na faixa etária de 12 a 19 anos e que chegam ao Brasil apoiados por amplas campanhas de marketing e publicidade.

No mundo globalizado, o conceito de sala de cinema, como espaço de entretenimento social, altera-se uma vez que essas grandes estruturas de salas de exibição, existentes fundamentalmente em grandes centros comerciais, passam a oferecer vantagens ao espectador, melhorando consideravelmente o nível técnico de imagem e som. Essas grandes empresas transnacionais enxergam o potencial do mercado de exibição no Brasil – há estimativas de déficit em torno de 1.500 salas – e planejam investimentos na construção de mais cinemas nas grandes cidades do país.

Quando surgiu em maio de 1998, o Cinema da Fundação passou a integrar, no Recife, um restrito ambiente de exibição de filmes pouco comerciais ou alternativos

. O mercado cinematográfico local estava dominado basicamente por uma cadeia de exibição interessada em filmes de grande apelo comercial. Como linha de fuga havia apenas a chamada “sessão de arte” mantida por essa cadeia exibidora, entre 1995 e 1998, com três sessões semanais de um mesmo filme que, normalmente europeu, não encontrava espaço nas sessões diárias dos cinemas da empresa: última sessão às sextas-feiras e segundas-feiras, e aos sábados pela manhã.

Antecedentes do Cinema da Fundação

Durante os últimos anos da década de 1980, em Pernambuco, assim como em outras partes do país, havia uma tendência crescente de fechamento de várias salas comerciais de exibição cinematográfica, fenômeno este notado em grandes e pequenas cidades. Em consequência, o espectador também ficou privado das chamadas sessões de arte. Falta de espaço era igualmente um problema para o cenário teatral nos anos 1980, uma época na qual havia um boom de produção teatral em Pernambuco.

Nesses anos, o então Instituto de Assuntos Culturais (atualmente Diretoria de Cultura) da Fundação Joaquim Nabuco era o responsável pelas atividades de difusão e promoção cultural dentro da estrutura da instituição. O prédio do instituto, recém-ocupado pela Fundaj, dispunha de um auditório que foi transformado em um cineteatro.

Com o tempo, a escassez de recursos e devendo atender à dupla demanda (teatro e cinema), a Fundação Joaquim Nabuco priorizou inicialmente o espaço para o teatro, uma vez que o equipamento de projeção de filmes encontrava-se defasado. A escolha se deu também pelo fato de haver um segmento teatral mais organizado e reivindicante.

No entanto, havia dias destinados à exibição de filmes, em mostras específicas: clássicos, temáticas, gênero, diretor, além de mostras esporádicas de filmes europeus inéditos, com apoio dos serviços culturais de embaixadas e consulados. Um espaço que reunia características de cineclubes. Este quadro permaneceu alguns anos desta forma até que a falta de recursos financeiros, a precária aparelhagem técnica e a extinção dos serviços culturais dos consulados determinassem o fim da parte cinema do cineteatro.

Curiosamente, esta fase foi finalizada com um sucesso: a exibição da trilogia do cineasta franco-polonês Krzysztof Kieslowski (*A liberdade é azul*, *A igualdade é branca*, e *A fraternidade é vermelha*) lotou o cineteatro. Isso e o fato de se tratar de uma mostra sem a participação de um consulado geraram a semente do que viria a ser o Cinema da Fundação. Naquele momento, os gestores perceberam que havia no Recife potencial para o surgimento de sala destinada exclusivamente à exibição de filmes alternativos.

No final da década de 1990, recursos pleiteados pela Fundação Joaquim Nabuco ao Ministério da Cultura para reformar o cineteatro finalmente apareceram, mas apenas o correspondente a 20% do valor total inicialmente previsto no projeto de melhoramento do espaço. Além do valor reduzido, outro problema se configurava: não havia tempo hábil para cumprir os trâmites das licitações públicas.

Um misto de sorte e acaso trouxe a solução. Naquela época, no Brasil, havia apenas uma empresa que revendia equipamentos para projeção de cinema. Este fato desobrigava o processo de licitação e tomada de preços. Então, a Fundação Joaquim Nabuco adquiriu o moderno aparelho dolby stereo. (MEIRELES, 2005).

Esse primeiro passo permitiu que, finalmente, o Instituto de Cultura da Fundação seguisse adiante no projeto de implementar uma sala alternativa. Havia o equipamento, faltava apenas a programação de filmes orientada para atender à demanda do público-alvo, de faixa etária entre 30 e 40 anos, mais exigente e formada como espectador na época de intensa atividade de cineclubes e sessões de arte na cidade.

Surge o Cinema

Em 1998, quando do lançamento do Cinema da Fundação, o Brasil se encontrava sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, no final do primeiro mandato. A política cultural pensada pelo governo brasileiro para o audiovisual restringia-se, basicamente, ao fomento à produção por meio das leis de incentivo à cultura e ao audiovisual. Não havia políticas que se referissem à distribuição e exibição de filmes e muito menos apoio às salas de cinema que pretendessem exibir o filme alternativo

A iniciativa da Fundação Joaquim Nabuco de criar uma sala de exibição surgia na contra corrente de um tempo de quase ausência do Estado no campo cultural. Tratava-se de uma ação que, de alguma forma, interferia no mercado de exibição. E este, em tese, era livre. Assim, a formulação do Cinema da Fundação

bem como o seu uso e destinação partiram de uma deliberação interna da Fundação Joaquim Nabuco e não do Ministério da Educação, ao qual a instituição é vinculada, ou do Ministério da Cultura, em virtude das questões de afinidade de atuação.

Em junho de 1998, o Cineteatro José Carlos Cavalcanti Borges foi transformado em espaço de exibição de filmes alijados do circuito comercial, com foco nos lançamentos mais recentes da cinematografia mundial . “Esse seria o papel do setor público e nós só poderíamos formar gerações ou pensar num cinema consolidado se tivéssemos uma boa programação”. (MEIRELES, 2005).

A ex-diretora de Cultura da Fundaj, no período inicial do Cinema da Fundação, Silvana Meireles, buscou no crítico de cinema do Jornal do Commercio do Recife, Kleber Mendonça, o profissional capacitado para pensar numa programação compatível com a proposta de oferta de cinema de qualidade.

Kleber Mendonça, posteriormente em parceria com Luiz Joaquim, deu um recorte contemporâneo de acordo com a proposta geral formulada para o então Instituto de Cultura. Para Mendonça, o trabalho de programação de filmes no Cinema da Fundação é uma “questão política”. Não vejo nada de errado no produto hollywoodiano exceto quando ele é a única opção....(...)... Acontece que o público está condicionado a ver sempre as mesmas coisas. Significa que você passa a ter apenas uma visão do mundo. Então, o Cinema da Fundação abre essas janelas para outros tipos de cinema e essas janelas funcionam como um aspecto formador, a partir do momento que se observa pontos de vistas diversos. (MENDONÇA, 2005).

Para cumprir os objetivos e as metas pensadas para o Cinema da Fundação seria preciso negociar com as pequenas distribuidoras do Brasil interessadas em encontrar espaço, no Norte-Nordeste, para os filmes considerados mais artísticos e “cerebrais”. No início, havia cerca de 15 empresas distribuidoras com filmes que interessavam aos gestores, abrindo-se um considerável leque de opções. Mas, com poucos recursos, seria necessário negociar:

Usamos o argumento de que havia uma platéia em potencial. Era uma questão de apostar na nossa programação. Nós entregaríamos boa parte da bilheteria no começo para eles e, à medida que fôssemos tendo platéia, este percentual iria diminuir. No começo, 70% e 30%; depois 60% e 40%. Em eventos consagrados como a Retrospectiva/Expectativa, o Cinema não ficava com nada. Embora nossa intenção não fosse o lucro, precisávamos ter algum retorno financeiro. (MEIRELES, 2005).

Os anos de 1998 a 2001 são a fase em que o espaço começou a firmar o seu nome, consolidando inclusive a marca Cinema da Fundação, um nome de melhor assimilação por parte do público frequentador do que o oficial José Carlos Cavalcanti Borges. Nos três primeiros anos, havia pouco público, média de 150 pessoas por semana. Em 2001, depois de um trabalho de divulgação que incluiu ações de marketing e publicidade, houve um aumento de espectadores.

Em 2001, o Cinema da Fundação já proporcionava lucro aos distribuidores. Em 2002, quando da realização da Retrospectiva/Expectativa, o sistema de partilha mudara com as distribuidoras não mais ficando com 100% da bilheteria. Era um claro sinal de que o negócio inicialmente arriscado havia se desenvolvido, transformando-se numa aposta rentável para as partes envolvidas (MEIRELES, 2005). No Plano Anual de Trabalho da Fundaj (2003), a atividade do cinema já estava consolidada:

Exibir e lançar filmes produzidos nacional e internacionalmente, com atenção especial a produções do mercado alternativo de filmes...(...)...Contribuir para a reflexão crítica de estudantes e formadores de opinião, além de atender à demanda da comunidade em geral. Os resultados de público e abertura do mercado exibidor demonstram os acertos da programação...(...)...trazendo filmes não exibidos no circuito comercial, nem nas regiões Norte e Nordeste. (PAT Fundaj, 2003, p. 32-33).

Diz Kleber Mendonça: “O primeiro ano foi dramático. Se fosse uma empresa privada, o cinema fechava. Foi um trabalho de construção, havia sessões com duas pessoas. Aos poucos, o público chegou e entendeu a idéia”. Entre junho de 1998 e o final de 2002, o público do Cinema da Fundação quase octuplicou, passando de 7.955 no ano de 1998 para 55.242 em 2002

Houve casos de filmes que foram lançados no Recife pelo Cinema da Fundação e depois relançados em cinemas tradicionais, como Buena Vista Social Clube. Há casos também de exibidores que, ao saber que determinado filme vai ser exibido no Cinema da Fundação, passam à frente e o adquirem com o objetivo de exibi-lo antes. Segundo seus gestores, o público do Cinema da Fundação é, de um modo geral, um público diferenciado, que inclui cinéfilos e iniciados, pessoas com acesso à informação sobre o filme através de revistas especializadas.

Com relação à origem dos filmes, a posição dos gestores é a de não privilegiar qualquer nacionalidade. A orientação é que sejam privilegiados os títulos relevantes das cinematografias nacionais cujos filmes não são contemplados pela exibição no grande circuito. Nessa perspectiva inclui-se o filme brasileiro

Quando iniciei, o cinema brasileiro estava também recomeçando, mas aquela safra 97, 98, 99 era bem ruim. Muita coisa não passou aqui porque eu não achava que iria construir um público para o cinema brasileiro mostrando filmes ruins. Aos poucos chegaram alguns bons títulos. Quando exibimos bons filmes brasileiros, o público vem. (MENDONÇA, 2005).

Na história do Cinema da Fundação, há casos de filmes que se transformaram em eventos ou foram elevados à categoria de cult: Lavoura Arcaica, de Luiz Fernando Carvalho; Dogville, de Lars Von Trier; Buena Vista Social Club, de Win Wenders; Felicidade, de Todd Solondz; Lúcia e o sexo, de Julio Medem; Funny games, de Michael Haneke; Amor à flor da pele, de Wong Kar Wai, entre outros.

O cinema da atualidade, industrializado, corta o diálogo com a imaginação, é um cinema editorial, não suscita a dúvida, não permite que o público imagine. O filme (Lavoura Arcaica, grifo meu) não tem regra de sedução fácil, procura o diálogo com o público em um nível espiritual. (JORNAL DA FUNDAÇÃO, 2001, p.4)

A frase acima é de Luiz Fernando Carvalho, dita por ocasião do lançamento de Lavoura Arcaica no Cinema da Fundação. Na apresentação do filme, um belo e radical exercício de narrativa e linguagem cinematográfica, o diretor destacou, a respeito da adaptação do livro de Raduan Nassar, que procurou fazer uma adaptação “não-ortodoxa e não-americanizada” do autor, “transpondo, com fidelidade possível, a linguagem de um para outro veículo”. (JORNAL DA FUNDAÇÃO, 2002, p.4).

Além de não apresentar o perfil de filme comercial, Lavoura Arcaica não tinha exibição garantida no Recife em parte porque poucas cópias circulavam pelo Brasil naquele 2001 (ano de lançamento do filme); cópias estas que permaneceram em cartaz por tempo considerável nas cidades em que estava sendo exibido, tal a receptividade do público. O Cinema da Fundação reservou ao filme a pré-estréia no Norte-Nordeste, antes da temporada na qual permaneceu em cartaz, tornando-o a produção brasileira mais vista na sala (3.769 espectadores em quatro semanas) e o segundo título mais visto de 2002. Um número expressivo se for levado em conta o perfil absolutamente não comercial da produção e a tensa relação que os espectadores, em sua maioria, ainda mantêm com o cinema brasileiro.

Assim como Lavoura Arcaica, Dogville, de Lars Von Trier, também não conseguiu espaço no circuito multiplex. Sua estréia no Cinema da Fundação aconteceu durante o processo de debate e exposição do filme na mídia, o que gerou bastante expectativa em torno de sua estréia. A permanência em cartaz por alguns meses (alternando sessões com outros títulos) confirmou a aposta dos programadores, tornando o filme um sucesso. Caso fosse lançado no shopping center, sua carreira comercial teria sido curta, privando o público de julgar uma das obras mais polêmicas dos últimos anos.

O documentário Buena Vista Social Club, depois de rejeitado pelo multiplex, ganhou uma bem-sucedida temporada no Cinema da Fundação, sendo relançado posteriormente no circuito tradicional dos cinemas do shopping center. Um exemplo da visibilidade que essa sala pode proporcionar a um filme desconhecido.

Kleber Mendonça (2005) considera que os grandes exibidores retiram de cartaz, no período de uma semana e até menos, alguns desses filmes porque o público do cinema tradicional não está “formado” para títulos como

Dogville, de Lars Von Trier, por exemplo: “É uma questão de formação de platéia. Eles mesmos não formaram um público que entenda um filme mais incomum. Então não exibem porque não formaram o público e porque não formaram o público, não exibem”.

Conclusão

A Fundação goza de relativa independência quanto às suas ações, o que permite afirmar que, embora interessada em alinhar-se com os programas do governo federal, não há propriamente obrigatoriedade nesse sentido. Quando o Estado ainda nem se interessava pelas questões pertinentes à exibição em cinema (1998, na gestão FHC), o espaço, com pioneirismo, trazia para si a missão de ser uma alternativa à hegemonia do filme norte-americano no mercado exibidor.

Por isso, entendo que o Cinema da Fundação se constitui mais em ação do que propriamente em uma política, uma vez que ainda não está clara no horizonte brasileiro, de fato, qual será a política cultural para o setor, principalmente no que se refere à exibição audiovisual. A atividade do Cinema da Fundação parte de uma autodeterminação, não encontrando conexão com políticas nacionais.

Há, no Brasil, poucas salas de cinema com o mesmo perfil. Quando existem, os espaços públicos de exibição audiovisual limitam-se a reprisar filmes antigos e/ou promover mostras retrospectivas, iniciativas de valor para a formação de platéia, mas incompletas porque deixam de lado o lançamento da produção contemporânea inédita. O Cinema da Fundação cumpre o papel de formador de platéia ao lançar filmes, desvinculado-se das demandas de mercado e permitindo que o espectador “descubra” o filme inédito.

Quanto à exibição da produção brasileira, os gestores compartilham de uma visão contemporânea de apoio sem reserva de mercado. O incentivo existe em função da produção considerada de qualidade e, sobretudo, daquela que encontra mais dificuldade em chegar ao mercado. Se a maioria dos filmes exibidos no Cinema da Fundação é estrangeira (europeus, asiáticos, norte-americanos independentes etc), isto deve ser interpretado positivamente, na medida que oferece a opção diversificada, e não como uma tentativa de “tutelar” o gosto do espectador.

Segundo os critérios de eficiência e eficácia, o Cinema da Fundação superou objetivos e metas iniciais, tornando-se referência na comunidade cultural do Estado. No entanto, com relação ao critério de efetividade social, há necessidade de dados mais completos que apenas uma bem fundamentada pesquisa de recepção com o espectador poderá revelar. Há um público em formação cujo perfil ainda não está devidamente conhecido, quantificado e qualificado. Confirmam a boa avaliação os números de ocupação da sala, o reconhecimento da sociedade , a procura dos distribuidores pelo espaço para lançar seus títulos, assim como a realização da mostra Retrospectiva/Expectativa, um esperado evento de final de ano na cidade.

A experiência de assistir ao filme está progressivamente multiplicada pelo crescente número de veículos que o exibem, graças ao avanço da tecnologia. Sabe-se que, atualmente, 70% da renda de um filme, em média, são oriundos da comercialização das cópias em DVD e vídeo, ou através da exibição em TVs abertas, fechadas e internet. Os filmes serão também veiculados por novos suportes, ou seja, fora das tradicionais salas de projeção. No entanto, a exibição pública continuará a qualificar e legitimar artística (e não apenas comercialmente) a obra cinematográfica, além de tornar singular a experiência social de assistir ao filme na “sala escura”.

Referências bibliográficas:

BELLONI, Isaura et al. Metodologia de avaliação em políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro; UFRJ Editora, 1996.

CANCLINI, N. G. et al. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura.

Brasília: UNESCO, 2003.

COELHO, Teixeira. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO PLANO ANUAL DE TRABALHO 2003 Superintendência de Planejamento e Administração. Recife: FJN, Editora Massangana, 2002.

HOLLANDA, Eduardo. É hora de dialogar. Istoé, Cajamar-SP, 15 set. 2004. Entrevista, p. 7-11.

JORNAL DA FUNDAÇÃO. Informativo da Fundação Joaquim Nabuco. Ano II. Número 3. Janeiro/fevereiro de 2002. Recife-PE.

JUCÁ, Joselice. Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1991.

MEIRELES, Silvana: depoimento [jan. 2005]. Entrevistador: Augusto Amorim. Recife: FUNDAJ, 2005. 1 fita cassete (60 min).

MENDONÇA, Kleber: depoimento [mar. 2005]. Entrevistador: Augusto Amorim. Recife: FUNDAJ, 2005. 1 fita cassete (60 min).

RAMOS, F.; MIRANDA, L.F.; (Ed.). Enciclopédia do cinema brasileiro. São Paulo: Editora Senac, 2004.
YUDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

Trabalho apresentado ao NP 07 - Comunicação Audiovisual, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

José Augusto Amorim Guilherme da Silva é Mestre em Comunicação e Cultura (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj, Recife-PE), professor da Escola Superior de Marketing (Recife-PE) e jornalista. E-mail: augusto.amorim@uol.com.br.

Cinema da Fundação é o nome pelo qual ficou conhecida a sala de cinema da Fundação Joaquim Nabuco e, também, o nome comercialmente adotado pela instituição. O nome oficial do espaço é Cineteatro José Carlos Cavalcanti Borges (Goiana, PE, 15.03.1910 – Recife, PE, 11.01.1983), em homenagem ao médico, psicólogo social, escritor, dramaturgo e ator pernambucano.

A avaliação foi desenvolvida a partir do método proposto por Belloni, Magalhães e Sousa (2000), segundo os critérios: da eficiência (diz respeito ao grau de aproximação entre o previsto e o realizado) (ibidem, p. 61); da eficácia (existe em função do resultado esperado, tem a possibilidade de maximizar a eficiência e concretiza-se quando precedida por esta última que, se não for levada a seu limite de aprofundamento, não é condição suficiente para atingir-se a eficácia. Considera-se que a eficácia não pode estar restrita simplesmente à aferição de resultados parciais; ela se expressa, também, pelo grau de qualidade do resultado atingido). (ibidem, p. 64); da efetividade social (refere-se às conseqüências da qualificação junto à comunidade); é um critério de avaliação que procura dar conta dos resultados sócio-culturais da política pública. (ibidem, p. 67). No caso do Cinema da Fundação, há o grupo denominado sujeitos internos: que são os formuladores da política e das atividades e os executores das atividades (ambos compartilham a mesma identidade, a de gestores culturais da Fundaj); os beneficiários das atividades (a comunidade de espectadores da Região Metropolitana do Recife). No grupo sujeitos externos estão os avaliadores profissionais e a sociedade. Entre 1998 e 2002, parte do período estudado neste artigo, Fernando Freyre (filho de Gilberto Freyre) era o

presidente da Fundação Joaquim Nabuco (cargo que ocupava desde 1971) e Silvana Meireles era a superintendente de Cultura (cargo atualmente denominado Diretor de Cultura). A partir de fevereiro de 2002, assumem Fernando Lyra (presidente da instituição) e Isabela Cribari (diretora de Cultura).

GATT (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio).

OMC (Organização Mundial do Comércio).

Na verdade, tratava-se da única sala dedicada exclusivamente ao filme alternativo. A outra opção era a sessão de arte. Pouco para uma cidade com região metropolitana acima de dois milhões de habitantes e tradição cultural.

A sessão de arte no Recife, ao longo dos anos 1970 e 1980, aconteceu em praticamente todos os cinemas comerciais do centro da cidade. Atualmente, essas sessões acontecem nos complexos de salas dos shopping centers dos bairros nobres da cidade. Filmes europeus comerciais ou alternativos, principalmente franceses e italianos, eram mais freqüentes nas telas da cidade nas décadas de 1970 e 1980.

Neste aspecto, devem ser consideradas as iniciativas de instituições financeiras públicas e privadas, que direta ou indiretamente receberam apoio do governo federal para os projetos de construção de espaços de exibição de filmes alternativos. Porém, esta é uma realidade do Centro-Sul do país. O Recife ainda não dispõe desses espaços, embora haja projetos em andamento.

O valor do ingresso no Cinema da Fundação costuma ser menor do que a meia-entrada do cinema multiplex. Os números recentes confirmam o empreendimento bem-sucedido: um espaço com 322 lugares e treze sessões semanais que lança dois a três títulos semanalmente. Até o final de 2004, a média de público semanal oscilou entre 900 e 1.100, com picos de até 1.700, fazendo com que o Cinema da Fundação seja procurado pelas distribuidoras, que fazem questão de ter seus filmes lançados pela sala. Fonte: Coordenadoria de Cinema da Diretoria de Cultura da Fundação Joaquim Nabuco.

Ano a ano, a evolução foi a seguinte: em 1998 (junho-dezembro), 7.955; em 1999, 15.377; em 2000, 23.744; em 2001, 48.043; e em 2002, 55.242. Os números totais de 2003 e 2004 não estavam disponibilizados à época da realização da pesquisa. Fonte: Coordenadoria de Cinema da Diretoria de Cultura da Fundação Joaquim Nabuco.

A necessidade ou não de um maior número de produções brasileiras na programação do Cinema da Fundação é uma questão a ser abordada na pesquisa de recepção com o espectador a ser realizada no segundo semestre de 2005.

Na pr

-estrela do filme no Cinema da Fundação, em 2001, o diretor e o ator Selton Mello estiveram no palco do cinema para, após a exibição do filme, debater com o público que lotou a sala na ocasião. No Recife, Lavoura Arcaica somente foi exibido no Cinema da Fundação.

A Fundação Joaquim Nabuco firmou convênio com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), para reformar as instalações físicas e técnicas da sala. Segundo o site

HYPERLINK "<http://www.fundaj.gov.br>"

www.fundaj.gov.br

(em 18 de maio de 2005, às 10h30): "Orçado em R\$ 150 mil, o novo maquinário permite a ampliação das opções cinematográficas. Além do formato 35mm, o Cinema terá capacidade para projetar curtas e longas-metragens que utilizem os formatos Mini-DV, Digital8, Betacam e DVCam. O equipamento também possibilita adquirir as cópias digitais via satélite. O resultado dinamiza o processo de distribuição das cópias, reduzindo o tempo de espera para os lançamentos. A iniciativa, pioneira no Brasil, fortalece a produção independente em formato digital e contribui para a democratização da exibição de imagens no circuito alternativo. A reforma torna o espaço mais confortável, com elevador na entrada da sala de exibição para o acesso de portadores de deficiência física. Haverá novas cadeiras e poltronas, além de guichê eletrônico que agiliza a compra de ingressos".

PAGE

PAGE

Øø?????ëôôôôôôôôô

øÕ?????ôôôôôôôôôë

É? Ê? üøüüüüüøüüüü? ?

ïïøüøø

ÏøüøøÏ

`PLTEIQWüÑ

cmPPJCmp0712

IDAThC

Cüiv:"ê'uøÒ7Sf_

RO-WP.xJ:;)ª‡¥Ï

www.fundaj.gov.br

www.fundaj.gov.br

http://www.fundaj.gov.br/

http://www.fundaj.gov.br/

Normal

Normal

Título 1

Título 1

Título 2

Título 2

Título 3

Título 3

Fonte pará. padrão

Fonte pará. padrão

Subtítulo

Subtítulo

Corpo de texto

Corpo de texto

Rodapé

Rodapé

Número de página

Número de página

Cabeçalho

Cabeçalho

Hyperlink

Hyperlink

Ref. de nota de rodapé

Ref. de nota de rodapé

destaque

destaque

Corpo de texto 2

Corpo de texto 2

Corpo de texto 3

Corpo de texto 3

Normal (Web)

Normal (Web)

Recuo de corpo de texto

Recuo de corpo de texto

Texto de nota de rodapé

Texto de nota de rodapé

texto1

texto1

logo_intercom_template.gif

logo_intercom_template.gif

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

xÑC:\Documents and Settings\Augusto\Dados de aplicativos\Microsoft\Word\Salvamento de AutoRecuperação de Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.asd

xÑC:\Documents and Settings\Augusto\Dados de aplicativos\Microsoft\Word\Salvamento de AutoRecuperação de Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.asd

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

x"C:\Documents and Settings\Augusto\Meus documentos\Meus textos\Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual - A Experiência do Cinema da Fundação.doc

Unknownÿ!

Times New Roman

Times New Roman

Symbol

Symbol

Arial Unicode MS

Arial Unicode MS

Verdana

Verdana

Courier New

Courier New

Wingdings

Wingdings

gAção e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual

gAção e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual – A Experiência do Cinema da Fundação

Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual – A Experiência do Cinema da Fundação

Normal

Microsoft Word 9.0

Ação e Política Cultural para Formação de Platéia em Audiovisual – A Experiência do Cinema da Fundação

_PID_HLINKS

<http://www.fundaj.gov.br/>

<http://www.fundaj.gov.br/>

logo_intercom_template.gif

logo_intercom_template.gif

Root Entry

1Table

1Table

WordDocument

WordDocument

SummaryInformation

SummaryInformation

DocumentSummaryInformation

DocumentSummaryInformation

CompObj

CompObj

ObjectPool

ObjectPool

Documento do Microsoft Word

MSWordDoc

Word.Document.8